

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário do Nordeste Class.: 1115

Data: 07/12/89 Pg.: _____

Sarney libera NCz\$ 15 mi para Funai

170
O presidente José Sarney assinou ontem uma medida provisória liberando NCz\$ 15 milhões para a Funai. Com este dinheiro, a Fundação pretende instalar um programa de saúde emergencial na reserva indígena Ianomami, em Roraima. O dinheiro não será suficiente para efetuar a retirada imediata dos cerca de 40 mil garimpeiros que invadiram a reserva.

Assinada pelo presidente, a medida entra imediatamente em vigor — a liberação da verba é imediata. Depois, em um prazo de 30 dias, o Congresso deve aprovar ou rejeitar a decisão presidencial. Ontem, o Planalto fez consultas às lideranças partidárias no Congresso, para garantir a posterior aprovação da medida.

O programa se destina a combater uma série de doenças que atacam os Ianomamis. A malária, convertida em epidemia, encabeça a lista dos problemas. Mas não está sozinha. A Funai cita epide-

mias de viroses e ocorrência generalizada de tuberculose, oncocercose, leishmaniose, dermatoses, infecções respiratórias, enterites e um quadro grave de desnutrição.

Para enfrentar esta situação, a Funai solicitou a colaboração da "Ação Pela Cidadania", grupo formado por parlamentares, entidades da sociedade civil e profissionais de medicina e antropologia. O grupo preparou um trabalho e montou uma equipe especializada. Anteontem, quando o senador Severo Gomes (PMDB — São Paulo) foi levar a proposta ao presidente da Funai, ficou sabendo que o trabalho tinha sido inútil. A Funai preferiu usar um plano que ela mesmo preparou no ano passado, envolvendo exclusivamente técnicos do próprio órgão.

A médica Maria Gorete Selau, da "Ação Pela Cidadania", critica esta ação isolada da Funai. "Eles têm pouca gente preparada para

realizar um trabalho como este. Estão deixando de lado profissionais que conhecem bem a região dos Ianomamis e os problemas enfrentados." Segundo Gorete, a atuação da Funai se destina apenas a responder às pressões da sociedade, sem resolver de maneira definitiva o quadro de calamidade em relação à saúde dos índios. "O que está acontecendo, e não será evitado pela Funai, é um genocídio acelerado". A médica critica ainda a demora na execução do programa, planejado para iniciar as ações no local no início do próximo ano. "Os índios estão morrendo. Deixá-los sem assistência neste mês de dezembro é omissão de socorro".

A medida provisória não deixa claro se o dinheiro será empregado em uma ação fundamental para o sucesso do plano de saúde na região: a retirada dos cerca de 40 mil garimpeiros que invadiram a reserva indígena.

Índios querem fórum especial em 90

Lideranças das nações Caingang, Guarani e Terena, do Sul e Sudeste do país, querem a criação, no próximo governo, de um fórum especial para as questões indígenas. Reunidos durante dois dias em Londrina (Paraná), 26 lideranças, representando 23 mil índios das duas regiões, elaboraram um documento a ser enviado aos dois candidatos, exigindo também o cumprimento dos artigos 231 e 232, que tratam das questões indígenas na Constituição, e a imediata retirada dos garimpeiros das reservas Ianomami.

Segundo Mario Jacinto, da reserva Laranjinha, de Santa Amélia (Paraná) é necessário que o próximo presidente, além de obedecer aos dispositivos constitucionais, "crie um fórum

especial para julgar as ações que envolvam os índios e suas comunidades".

Ele justificou a exigência da criação do fórum pelo "estrangulamento da Justiça Federal, que relega ao segundo plano as demandas sobre os índios". Um exemplo levantado pelas lideranças é o litígio entre a Funai e o grupo Slaviero, no município de Mangueirinha (Sudoeste do Estado) que disputam há 40 anos oito mil hectares de terras.

No documento, que foi entregue ontem a representantes da Frente Brasil Popular e do PRN, as lideranças pedem ainda a imediata demarcação das terras indígenas, a não-permissão de reforma agrária em terras indígenas e o fim da exploração ilegal de seus territórios.